

O ATENEUNORTE-RIO-GRANDENSE NA PERSPECTIVA DE MARIA MARTA DE ARAÚJO: uma análise historiográfica¹

THE ATENEU NORTE-RIO-GRANDENSE IN THE PERSPECTIVE OF MARIA MARTA DE ARAÚJO: a historiographical analysis

EL ATENEU NORTE-RIO-GRANDENSE EN LA PERSPECTIVA DE MARÍA MARTA DE ARAÚJO: un análisis historiográfico

Arthur Cassio de Oliveira Vieira

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/ UFRN)
E-mail: arthur_cassio@yahoo.com.br

Lais Paula de Medeiros Campos Azevedo

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/ UFRN)
E-mail: laispaulamedeiros@gmail.com

Olivia Moraes de Medeiros Neta

Profa. Dra. do Programa de Pós-graduação em Educação da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/ UFRN)
E-mail: olivianeta@gmail.com

RESUMO

Um dos trabalhos inaugurais sobre a História da Educação no Rio Grande do Norte é a dissertação de Mestrado da intelectual potiguar Maria Marta de Araújo intitulada “Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à Primeira República”, defendida no ano de 1979 na UNICAMP/ SP. Assumindo essa obra como importante fonte historiográfica, o presente artigo tem como objetivo analisar a organização do Ensino Secundário em torno do Ateneu Norte-rio-grandense no período da Primeira República. A partir da escrita de Maria Marta, pontuamos as ações legais que regulamentaram o ensino secundário na instituição e buscamos também compreender a relação entre a autora e sua obra, a partir da perspectiva de Michel de Certeau (1982) acerca da análise do seu lugar de fala, sua prática de pesquisa e sua escrita. Discutimos também, a inserção da autora e seu trabalho no campo da História da Educação do Rio Grande do Norte, bem como as contribuições de seus estudos, sob a ótica de Pierre Bourdieu. Sendo assim, temos a partir deste trabalho, possibilidades de compreensão sobre o passado educacional do estado, com ênfase no ensino secundário, tecendo diálogos a partir da análise historiográfica da obra de Maria Marta de Araújo.

Palavras-chave: História da educação. Ensino secundário. Historiografia.

¹ Este trabalho foi apresentado no III Encontro Nacional de Pesquisas e Práticas em Educação (III ENAPPE), no Centro de Educação (UFRN) e teve seu resumo expandido publicado nos anais do evento. O artigo foi ampliado para publicação nesta revista.

ABSTRACT

One of the inaugural works about the History of Education in Rio Grande do Norte is the Master's thesis of the potiguar intellectual Maria Marta de Araújo entitled "Origins and attempts of organization of the school network of Rio Grande do Norte: from the colony to the First Republic", defended in the year 1979 at UNICAMP / SP. Assuming this work as an important historiographical source, this article aims to analyze the organization of Secondary Education around the North-Rio-Grandense Ateneu in the First Republic period. From the writing of Maria Marta, we outlined the legal actions that regulated the secondary education in the institution and also sought to understand the relationship between the author and her work, from the perspective of Michel de Certeau (1982) about the analysis of her place of speech, practice of research and her writing. We also discuss the insertion of the author and her work in the field of the History of Education of Rio Grande do Norte, as well as the contributions of her studies, under the perspective of Pierre Bourdieu. Thus, we have from this work, possibilities of understanding about the educational past of the state, with emphasis on secondary education, weaving dialogues from the historiographic analysis of the work of Maria Marta de Araújo.

Keywords: History of education. Secondary education. Historiography.

RESUMEN

Una de las obras inaugurales sobre la Historia de la Educación en Rio Grande do Norte es la disertación de Maestría de la intelectual potiguar Maria Marta de Araújo titulada "Orígenes y tentativas de organización de la red escolar de Rio Grande do Norte: de la colonia a la Primera República", defendida en el año 1979 en la UNICAMP / SP. Asumiendo esa obra como importante fuente historiográfica, el presente artículo tiene como objetivo analizar la organización de la Enseñanza Secundaria en torno al Ateneu Norte-rio-grandense en el período de la Primera República. A partir de la escritura de María Marta, puntuamos las acciones legales que reglamentaron la enseñanza secundaria en la institución y buscamos también comprender la relación entre la autora y su obra, a partir de la perspectiva de Michel de Certeau (1982) acerca del análisis de su lugar de habla, su práctica de investigación y su escritura. Discutimos también, la inserción de la autora y su trabajo en el campo de la Historia de la Educación en Rio Grande do Norte, así como las contribuciones de sus estudios, en la óptica de Pierre Bourdieu. Siendo así, tenemos a partir de este trabajo, posibilidades de comprensión sobre el pasado educativo del estado, con énfasis en la enseñanza secundaria, tejiendo diálogos a partir del análisis historiográfico de la obra de María Marta de Araújo.

Palabras clave: Historia de la educación. Enseñanza secundaria. Historiografía.

INTRODUÇÃO

Elegemos para a construção deste artigo a reflexão acerca da historiografia da educação potiguar. Investigar o passado educacional do Rio Grande do Norte nos remete a uma incursão pelas versões produzidas ao longo do século XX. Os autores dessas obras são nomes consagrados da historiografia potiguar, como Augusto Tavares de Lyra¹, Luís da Câmara Cascudo² e Nestor dos Santos Lima³

Na busca pela compreensão sobre como se escreve a história da educação potiguar, observamos o fortalecimento do campo de pesquisa em História da Educação no estado. Diversas pesquisas têm sido realizadas, tendo como frutos a produção de artigos, teses e

dissertações, associadas a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Esta instituição, por meio do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/ UFRN), possui uma linha de pesquisa intitulada Educação, Estudos Sociohistóricos e Filosóficos, que tem objetivado nos últimos anos o fomento das pesquisas na área da história e historiografia da educação.

Destaca-se também a constituição de um Grupo de Pesquisa e a realização do Colóquio História e Memória da Educação no Rio Grande do Norte (COHISME). Este evento tem se consolidado como espaço de encontro de pesquisadores da área e, em maio de 2018, promoveu a sua segunda edição e contou ainda em sua programação com uma mesa redonda destinada a apreciação e discussão da obra da professora Maria Marta de Araújo. Enfatizamos que a dissertação de Maria Marta, ao lado do livro “Um Século de Ensino Primário” (1927) de Nestor dos Santos Lima, se configuram como as primeiras sistematizações especificamente da História da Educação do Rio Grande do Norte.

Maria Marta de Araújo é natural da cidade de Caicó, interior do Rio Grande do Norte. Foi professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, instituição em que atuou até o seu falecimento. Foi professora de magistério na Escola Normal de Caicó e atuou durante muito tempo em cargos de gestão e administração escolar no estado.

A obra da professora Maria Marta de Araújo é uma dissertação de mestrado intitulada “Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à Primeira República⁴”. A mesma foi defendida em 1979 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/ SP), que demonstra essa preocupação do meio universitário com o tema da História da Educação.

Com o objetivo de analisar a organização do Ensino Secundário em torno do Ateneu Norte-rio-grandense na Primeira República, a partir do trabalho de Maria Marta de Araújo, este artigo dedicou-se a detalhar os diferentes aspectos apresentados pela autora em seu texto, destacando a relação entre seu lugar de fala, sua prática e a escrita desse importante capítulo da história da educação do Rio Grande do Norte.

Foi realizado um recorte para análise da obra. Esta opção de análise se deve ao nosso interesse de pesquisa no tocante ao ensino secundário, mas também pela compreensão da amplitude da obra selecionada, que abrange a educação no Rio Grande do Norte desde o período colonial até as primeiras décadas da República.

A dissertação de Araújo divide-se em quatro capítulos, ao longo dos quais ela discorre sobre as sucessivas tentativas de organização da educação potiguar em seus diversos níveis e modalidades de ensino, desde o período colonial, passando pelo Império e chegando a

República. Neste artigo nos deteremos ao segundo tópico do quarto capítulo, que trata especificamente do ensino secundário no Ateneu.

Esta seção intitulada “O Ateneu na República” traz as implicações das reformas educacionais para educação norte-rio-grandense, que tinha no Ateneu a única instituição de ensino secundário do estado. Além disso, apresenta também informações acerca da organização curricular, disciplinar, e críticas referentes ao número de matrículas e a baixa frequência.

Assim, este artigo foi dividido em duas partes. Na primeira, buscamos apresentar a educadora e administradora Maria Marta, pois compreendemos que a identificação destes elementos acerca da vida da autora é de primeira importância para compreensão do seu lugar de fala e suas práticas de pesquisa e escrita. Na parte final, nos dedicamos às ações legais que nortearam o ensino secundário do Ateneu durante a Primeira República apresentadas pela autora. Ao final, trazemos as nossas considerações iniciais a partir da pesquisa.

MARIA MARTA DE ARAÚJO E A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POTIGUAR

Antes de nos dedicarmos a apresentação sobre o ensino secundário potiguar, entendemos como fundamental para a compreensão da escrita de Maria Marta o entendimento sobre o lugar de fala da educadora, uma vez que nos pautamos no pensamento de Certeau (1982, p.30-31) que ressalta que “a evidenciação da particularidade deste lugar de onde falo, efetivamente prende-se ao assunto de que se vai tratar e ao ponto de vista através do qual me proponho examiná-lo”.

Esta perspectiva de Certeau orienta nossa análise à medida que exorta que a escrita da história é sempre uma escrita situada. Assim, buscamos compreender os percursos que conduziram a educadora na construção da escrita de uma História da Educação potiguar. Neste intuito, recorreremos ao trabalho biográfico realizado por Garcia (2006)⁵ que contribui significativamente para o nosso trabalho.

Maria Marta de Araújo nasceu no dia 14 de julho de 1939 na cidade de Caicó, na região do Seridó potiguar⁶. Segunda entre os cinco filhos do casal Manoel Vicente de Araújo e Orcinéia de Araújo, iniciou seus estudos por volta do ano de 1946 no Educandário Santa Teresinha, única instituição na cidade na época destinada a educação das meninas. Nesta escola, Maria Marta foi admitida no Curso Ginásial em 1951 e cursou o Técnico em Contabilidade, concluindo em 1957.

De acordo com Garcia (2006, p. 161) Maria Marta continua seus estudos na escola pública estadual Centro Educacional Dr. José Augusto e “no ano de 1963, ela volta aos bancos escolares, para cursar o Pedagógico, concluindo essa modalidade de ensino em 1964, período em já trabalhava nesse mesmo colégio, exercendo a função de secretária”. A autora destaca as funções técnicas e administrativas no âmbito escolar desempenhadas por Maria Marta em diferentes instituições de ensino da cidade de Caicó. Sua primeira experiência como professora foi no Curso de Admissão no Colégio Diocesano Seridoense em que ensinava trabalhos manuais. Nesta instituição, também exerceu os cargos de secretária, tesoureira e vice-diretora. Trabalhou também na Emissora de Educação Rural de Caicó, na qual, de acordo com Garcia (2006), além de ter sido uma de suas fundadoras, foi tesoureira, vice-diretora e diretora comercial.

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Caruaru, Pernambuco, Maria Marta inicia em 1971 e conclui em 1974 a licenciatura em Ciências Sociais. De forma concomitante, em 1972, Maria Marta assume a direção da Escola Estadual Monsenhor Walfredo Gurgel – Escola Modelo de 1º Grau, que funcionava no prédio do Colégio Diocesano Seridoense por meio de uma parceria com o Governo do Estado.

Nesta função, Maria Marta se destaca no cenário educacional caicoense pelo seu empenho na implantação da reforma educacional proposta pela Lei nº 5.692 de 1971⁷ e pelo sucesso pedagógico da Escola. No entanto, Garcia (2006) aponta que, em agosto de 1975, Maria Marta recebe a comunicação de sua transferência para a cidade de Natal, capital potiguar. Essa mudança é atribuída como um ato de perseguição política a educadora.

Sobre o percurso profissional de Maria Marta, Garcia (2006, p. 170) apresenta que, em Natal, ela assumiu a direção do primeiro centro supletivo do Estado do Rio Grande do Norte e que, neste período “aconteceu também a transferência do campus de Caicó – UFRN, para o campus central de Natal, onde Marta passou a desenvolver as suas atividades docentes no curso de Geografia, atividades estas que ela havia iniciado em meados da década de 1970”. Garcia (2006) destaca ainda que Maria Marta assume posteriormente o cargo de Pró-reitora para Assuntos Acadêmicos na Universidade e a posição de suplente no Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte.

De acordo com Garcia (2006), a primeira escrita no campo da História da Educação de Maria Marta se refere a um trabalho monográfico que ela escreve no ano de 1973 no qual discorre sobre a história do ensino no Seridó, sobre o surgimento das primeiras escolas da região. No ano seguinte, 1974, em outro trabalho monográfico, a educadora escreve sobre a história do Colégio Diocesano Seridoense, fundado em 1942, e apresenta desde as concepções

que orientaram a sua fundação e tradição escolar, até aspectos de sua estrutura física e proposta didática.

No ano de 1979, Maria Marta se torna Mestre em Educação pela Universidade de Campinas de São Paulo – Unicamp, na área de Administração e Supervisão Escolar, com a orientação do Professor Casemiro dos Reis Filhos. Garcia (2006) destaca em seu texto que Maria Marta desenvolve o seu trabalho dissertativo em uma época de transição na sociedade brasileira, quando o declínio do regime ditatorial brasileiro incita a discussão sobre justiça social, práticas democráticas e o entendimento da educação de forma situada em um contexto social, cultural e histórico. Seu projeto de inserção no doutorado é interrompido pela sua morte prematura no ano de 1988, apenas quatro dias antes do seu aniversário de 49 anos.

Maria Marta demonstra em seu percurso acadêmico a profissional a busca constante pelo aprimoramento, seja no desempenho de diversas funções e inserção nas principais instituições de ensino de sua cidade natal, seja pelos cursos que realizou e pelo seu trânsito entre Caicó, Natal, Caruaru e São Paulo.

Como ressaltado anteriormente, a apresentação deste percurso nos auxilia em nossa análise para percebermos a partir de que lugar a educadora/administradora escreve a História da Educação em sua dissertação. Segundo Certeau (1982), uma obra é sempre resultado de um tríptico formado pelo lugar de fala de quem a escreve, que orientam as práticas de pesquisa realizadas e por fim, orientam também a própria escrita. Neste sentido, não há trabalho neutro ou puramente objetivo.

A subjetividade do autor está imersa na complexa rede de construção de sentido. No caso da obra de Maria Marta de Araújo, o próprio título da dissertação já evidencia o lugar de fala da autora e sua relação com o objeto de pesquisa, já que o termo “organização” é recorrente em análises de aspectos administrativos.

De acordo com Certeau

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. (CERTEAU, 1982, p. 65-66).

Dessa forma, destaca-se em sua escrita o lugar de educadora, mas também os conhecimentos que adquiriu em sua atuação durante anos na administração escolar, e é como administradora que percebemos que a autora se coloca em seu texto. Isto revela-se no conjunto de fontes analisadas, na sua hipótese, no seu modo de compreender as tentativas de

organização escolar e na própria ideia de que o sucesso ou o fracasso dos projetos de ensino tinham relação direta com a gestão.

O trabalho de Marta Araújo insere-se no campo da História da Educação do Rio Grande do Norte. Este é um campo ainda carente de trabalhos, de modo que, à medida em que se insere nele, a autora também contribui com a sua construção e consolidação. Isto é notório nos próprios diálogos realizados pela autora com autores da historiografia tradicional do Rio Grande do Norte, como Nestor dos Santos Lima, Tarcísio Medeiros, Tavares de Lyra e Câmara Cascudo, já que havia no momento de sua escrita grande escassez de bibliografia especializada acerca da temática estudada. Cabe destacar, ainda, que o diálogo com tais autores também lhe confere argumentos de autoridade.

A obra historiográfica, conforme apreendemos a partir de Certeau (1982), objetiva ser apreciada de acordo com critérios próprios que são construídos essencialmente de modo associado a uma instituição de saber. Assim, a validade e a credibilidade da obra são conferidas dentro de parâmetros específicos, cabendo ao autor assegurá-los.

Neste sentido, dialogamos com Pierre Bourdieu (1996), que observa as estratégias de inserção e circulação dentro do *campo* através da prática do *habitus*. São elementos visíveis dessa prática do *habitus* a preocupação da autora em garantir cientificidade ao seu trabalho, utilizando-se basicamente de fontes escritas e oficiais, que, sob uma perspectiva historiográfica tradicional, apresentam a verdade acerca do passado. Outro aspecto com relação ao *habitus* se inscreve no próprio processo de construção do trabalho da autora. A mesma foi orientanda de Casemiro dos Reis Filho, que assim como ela, desenvolveu pesquisas e realizou trabalhos acerca das tentativas de organização da rede escolar de São Paulo.

A metodologia escolhida por Araújo é a histórico-descritiva. Apesar desta apontar para uma perspectiva de trabalho acrítica e mais descritiva que analítica, nota-se que a autora, por diversos momentos ao longo do texto, posiciona-se diante das realidades estudadas, emitindo suas opiniões e dando indícios de crítica. Esta observação nos atenta para o fato de que o método escolhido por Araújo, em certos aspectos não dá conta da complexidade de suas análises e nos chama atenção para outro ponto: a relação autora/ obra.

Sua postura crítica e seu lugar de fala torna-se evidente principalmente nas conclusões de seu texto em que Maria Marta destaca que seu trabalho se constitui como uma “história da escola no Rio Grande do Norte”, a história então de uma instituição que vai sendo construída ao longo dos séculos e dos períodos políticos. É neste ponto que Maria Marta ressalta não apenas o abandono da escola pelos poderes públicos, mas principalmente sujeita às vontades

políticas que, muitas vezes, correspondiam apenas aos seus próprios interesses em detrimento do bem comum.

Maria Marta apresenta ainda a descontinuidade administrativa como uma das justificativas para o insucesso da escola e conclui que “o que se depreende, pois, do presente trabalho é um reclamo em favor de uma administração mais realista e planejada dentro de uma visão científica dos fatos sociais da realidade da Escola e concebida como resposta às verdadeiras aspirações do povo” (ARAÚJO, 1979, p. 204). Percebemos aqui mais uma vez sua visão administrativa, mas também o diálogo que a autora constrói do passado com o presente.

Certeau (1982, p.33) exorta que “é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação”. Nesse sentido, compreendemos que as preocupações da autora frente as necessidades e dificuldades da educação no Estado provocaram as questões que incitaram a realização do estudo.

Nossa pesquisa nos impele a ressaltar ainda a relevância da dissertação de Maria Marta para o campo da História da Educação potiguar, e nessa perspectiva, nos pautamos em Certeau que esclarece

o que é uma "obra de valor" em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos "objetos" e dos métodos históricos e, que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas (CERTEAU, 1982, p. 71-72).

Assim, destacamos que o trabalho que a Maria Marta constrói ao longo dos capítulos, perpassando os períodos políticos brasileiros, fornecendo informações sobre o ensino primário e secundário potiguar, e pelo conjunto de fontes que utiliza, confere ao seu trabalho o status de fonte historiográfica privilegiada e basilar para aqueles que desejem percorrer caminhos próximos ao da autora.

O ATENEU NA REPÚBLICA

O Colégio Ateneu Norte Riograndense é criado ainda durante o período do Império no governo do Presidente da Província Basílio Quaresma Torreão. Embora Maria Marta aponte que existiriam divergências quanto a data de criação do Colégio, a autora ao se basear na obra

de Câmara Cascudo, assevera que a instalação do Ateneu ocorreu em 03 de fevereiro de 1834. As primeiras aulas correspondiam a Filosofia, Geometria, Retórica, além do Francês e Latim.

Segundo a autora,

A abertura oficial do Ateneu, em 3 de fevereiro de 1834, instalado no edifício do Quartel do Batalhão de Linha (no momento desocupado), teria sido precedida da indicação do diretor (o presidente Basílio Quaresma Torreão, título mais honorífico) e do vicediretor, o reverendo Antonio Xavier Garcia de Almeida, diretor, de fato, desse estabelecimento público secundarista. (ARAÚJO, 2013, p. 2).

Ao tratar especificamente do Ateneu na República, Maria Marta afirma que a sua história se confunde com a própria história do ensino secundário potiguar, pois havia apenas esta instituição de âmbito público dedicada a esse nível de ensino no Estado desde o Império. Este aspecto é importante para que observemos os diversos problemas identificados pela autora. Segundo ela, as leis que determinavam a organização do sistema de ensino não eram cumpridas.

A autora ressalta que as fraudes eram comuns nos processos seletivos para a admissão dos alunos. Isto corrobora com uma das teses defendidas por ela, de que em grande medida, o fracasso escolar potiguar devia-se a sobreposição de interesses particulares e jogos políticos e econômicos aos interesses educacionais. As práticas coronelistas e paternalistas eram, portanto, comuns.

É notória a preocupação da autora com relação às sucessivas leis que visavam organizar o ensino secundário do Ateneu. Inicialmente, Maria Marta revela o quadro crítico em que se encontrava o ensino secundário nos primeiros anos do regime republicano, destacando que

A República encontrara, pois, o Rio Grande do Norte com apenas um estabelecimento de ensino secundário. O ensino dirigia-se aos poucos que pretendiam realizar estudos superiores, e qualquer tentativa de inclusão de outros cursos que não preparassem para carreira de doutor não conseguia se afirmar. Na oportunidade, vivia a entidade momentos de descrédito, envolvendo os preparatórios. (ARAÚJO, 1979, p. 139).

A autora destaca a tentativa de organização expressa pela adequação do Ateneu aos preceitos da Reforma Benjamin Constant, de 1890. A partir desta, instituíam-se um curso integral com exames finais e de suficiência anuais, além da finalização com um exame de maturidade para o ingresso nos estudos superiores.

Durante o período de seis anos, os alunos estudavam Álgebra, Aritmética, Astronomia, Geometria, Trigonometria, Física, Química, Mecânica, Geografia Geral, Corografia, História Geral, História do Brasil, Botânica, Zoologia, Higiene, Sociologia e Moral, Português e Literatura Nacional, Francês, Latim, Desenho, Música e Ginástica.

Apesar do vasto currículo e da organização seriada, a autora destaca que, na prática, as mudanças não surtiram o efeito esperado, com baixos números de alunos e matrículas apenas por disciplinas. O próprio curso de Ciências e Letras chegou ao ano de 1896 sem nunca ter funcionado, de modo que algumas disciplinas chegaram a ser extintas. Maria Marta elenca a fala de diversas autoridades potiguares, como Manoel Dantas e Joaquim Ferreira Chaves, que foram respectivamente Diretor de Instrução Pública e Presidente de Província, para destacar a ineficiência do sistema educacional do estado.

É bastante presente na fala de Maria Marta a preocupação com as fraudes nos exames preparatórios realizados pela instituição. A autora chega a apresentar tabelas com os números de alunos inscritos para a realização das provas em comparação com o número de aprovados, que era sempre igual. Na busca por soluções, o hábito era sempre a implantação de reformas e novas leis que, em grande medida, não traziam inovações ou melhorias, como é o caso da lei nº 165, de 3 de setembro de 1901 que intencionava uma nova organização do Ateneu.

Apenas no ano de 1904 que houve a equiparação ao ginásio nacional. O curso foi dividido em seis anos e nove cadeiras foram instituídas, eram elas Português e Literatura, Francês e Lógica, Inglês e Alemão, Latim e Grego, Matemática Elementar, Física-Química e História Natural, Geografia Geral e Geografia do Brasil, História Geral e Especial do Brasil, Desenho, Matemática e Astronomia.

Cabe ressaltar que, além da idade mínima de 10 anos e da aprovação em exames preparatórios, era necessário o pagamento de uma taxa anual. Durante esse período, o Ateneu recebeu privilégios e garantias, devido a sua equiparação ao ginásio nacional.

Porém, com a Lei Rivadávia Correia⁸, de 5 de abril de 1911, esses privilégios foram retirados e a instituição passou a funcionar como curso geral preparatório para as diferentes profissões. Contava-se com as disciplinas de Português, Inglês, Francês, Italiano, Latim, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Geografia do Brasil e Cosmografia, História Universal e do Brasil, Física, Química e Higiene, História Natural e Antropologia; Desenho, Noções de Agrimensura e Construção, Instrução Cívica e Direito Usual, Redação Oficial e Comercial, Contabilidade Pública, Escrituração Mercantil e Noções de Economia, Lógica e Fisiopsicologia. De acordo com Maria Marta, esse novo modelo fracassou, provocando, sobretudo, grande diminuição do número de matrículas.

Com a ineficácia de tal plano, a autora destaca o Decreto nº 36 de 9 de abril de 1915, a partir do qual o Ateneu foi reorganizado nos moldes do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. A seriação volta a ordem do dia e as disciplinas passam a ser organizadas em ciclos de 5 anos.

No primeiro ano, eram ofertadas as disciplinas de Português, Francês, Latim e Geografia Geral. No segundo ano, estudava-se Português, Francês, Latim, Aritmética, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia. No terceiro ano, as disciplinas ministradas eram Português, Francês, Latim, Inglês ou Alemão, Álgebra e Geometria Plana. No quarto ano, Inglês ou Alemão, História Universal, Geometria no Espaço, Trigonometria retilínea, Física e Química. Já no quinto e último ano, as disciplinas eram Inglês ou Alemão, Física e Química, História do Brasil e História Natural.

As mudanças na organização curricular e o retorno às séries, porém, não foram suficientes para uma reação mais forte do ensino secundário na instituição, de modo que o número de matrículas continuava baixo. Isto levou à última reforma do período, que veio em 13 de janeiro de 1925, sob o nome de João Luiz Alves. Esta visava unificar o ensino secundário, rompendo com a divisão entre ginásial e preparatórios. A partir deste momento, busca-se observar o ensino secundário não mais como um caminho de passagem para os cursos superiores, mas como formação básica para as diversas vivências e aprendizados profissionais posteriores. Embora Maria Marta não realce em seu texto, essa reforma proposta em âmbito federal e corroborada no Estado possuía relações com o movimento escolanovista.

O currículo foi organizado de forma seriada em seis anos. No primeiro ano, eram estudadas as disciplinas de Português, Aritmética, Geografia, Inglês, Francês, Instrução moral e cívica e Desenho. No segundo, eram acrescentadas as disciplinas de Geografia do Brasil, História Universal, Alemão e Latim. No terceiro ano, estudava-se Português, História Universal, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Álgebra e Desenho.

O quarto ano era composto pelas disciplinas de Português, Latim, Geometria e Trigonometria, História do Brasil, Física, Química, História Natural e Desenho. No quinto ano, estudava-se Português com noções de Literatura, Cosmografia, Latim, Física, Química, História Natural, Filosofia e Desenho. Já no sexto e último ano, estudava-se Literatura Brasileira, Literatura de Línguas Latinas e História da Filosofia e Sociologia.

Com esta nova reforma, sob a direção de Câmara Cascudo e com a fiscalização de Amphilóquio Câmara, a instituição passou a viver dias melhores, contando inclusive com um sensível aumento no número de matrículas. Porém, Maria Marta destaca que esse avanço não se refletia na frequência dos alunos, de modo que a autora apresenta em forma de tabela a discrepância entre o número de matriculados e o número de estudantes que realmente frequentavam as aulas.

Após analisar a organização curricular do ensino secundário no Ateneu ao longo dos anos e das diversas reformas sofridas, Maria Marta trata do quadro funcional de professores da

instituição. Estes dividiam-se em lentes (concursados e nomeados pelo governador) e professores (contratados em caráter temporário). Estes últimos ocupavam as cadeiras de Desenho, Música e Ginástica. A autora também apresenta uma tabela de valores salariais e atenta para a discriminação salarial entre os professores e disciplinas, tendo em vista que os lentes ganhavam um salário superior aos demais e que os vencimentos do professor de ginástica eram ainda inferiores aos dos demais.

Maria Marta também discute as formas de inserção no serviço educacional, que anteriormente se dava através de concursos e passa a ser através de indicação direta do governador. Apesar de não realizar essa crítica de maneira direta, nota-se que, mais uma vez, insurge na história da instituição os interesses particulares. Este quadro se altera em 1910 com o Novo Código de Ensino, que reinstalou os concursos de títulos e provas de capacidade para o provimento das cadeiras educacionais.

Outra preocupação da autora é acerca do pessoal administrativo. Com relação a figura do diretor, Maria Marta destaca que anteriormente esse cargo era ocupado pelo Diretor da Instrução Pública, auxiliado por um censor. Só a partir de 1901 que a direção passa a ser ocupada por um dos lentes e o cargo de censor foi substituído pelo de vice-diretor.

Além destes cargos, a autora nos relata a existência de inspetores de alunos, secretários e porteiros, detalhando as funções de cada um dentro da instituição. É a sua atenção à estrutura funcional que a leva a melhor compreender as falhas e fracassos do sistema escolar do estado.

Maria Marta afirma que apesar de ser importante para as autoridades que a educação funcionasse e produzisse bons frutos, destacando ainda que esta atendia apenas a um grupo seleto de filhos das “melhores famílias”, o ensino potiguar não conseguia passar de um “merodistribuidor de diplomas”, mesmo com tantas leis e reformas. Para ela, as diversas tentativas de inovar e promover mudanças a partir da Proclamação da República não conseguiram avançar muito além do que foi a educação no Império. Assim,

Há a mesma insegurança, as contínuas mudanças, idênticas veleidades de imitação – em uma palavra – a mesma precariedade. Nem mesmo o maior interesse pelas ciências é coisa inteiramente nova, pois o Império também teve suas ansiedades entre o humanismo e o cientificismo. O ensino secundário continua a ser um ensino precário e somente para alguns poucos, que deviam continuar estudos ou procurava obter algumas técnicas mais desenvolvidas para administração pública, comércio ou lazer. (ARAÚJO, 1979, p. 159).

A autora infere que diversas tentativas de organizar o ensino foram levadas a cabo no Rio Grande do Norte, a partir das proposições das reformas, como a Rivadávia Corrêa e a

Benjamin Constant, por exemplo. Destaca-se a atuação de muitos intelectuais ligados direta ou indiretamente à educação, pensando modelos e propondo reformas, como são os casos de Nestor dos Santos Lima, José Augusto Bezerra de Medeiros, Henrique Castriciano, Antônio Fagundes, entre outros. Atenta a estes fatos, a autora questiona-se, portanto, acerca da ineficácia desses projetos, tendo em vista que não foram suficientes para solucionar os problemas enfrentados pela instrução pública do estado.

Neste sentido, Maria Marta afirma que os fortes interesses políticos ligados a formação de uma elite agropastoril provocaram uma série de discontinuidades das políticas educacionais, expressas pela prática de sucessivas criações e extinções de escolas. Tendo esta questão como hipótese, a autora analisa uma série de documentos oficiais como mensagens dos governadores do estado, leis escolares, regulamentos, resoluções e relatórios de diretores da Instrução Pública. Tal documentação é elencada de modo a garantir sustentação à sua interpretação e as falas reforçam a ideia de que muito se havia a melhorar no ensino potiguar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo realizar uma análise da organização do Ensino Secundário em torno do Ateneu Norte-rio-grandense no período da Primeira República a partir da escrita da História da Educação de Maria Marta de Araújo. A partir da leitura e análise do trabalho da autora, podemos compreender mais sobre o passado educacional do estado do Rio Grande do Norte, sobretudo com relação ao ensino secundário naquele estabelecimento de ensino.

Nota-se que a autora possui uma grande preocupação em desvendar as estruturas funcionais e organizacionais da rede, em busca de compreender os motivos que levaram ao fracasso a educação em um estado que teve tantos professores ocupando cargos políticos importantes, com destaque para a figura dos governadores.

As opções da autora são explicadas a partir do momento em que compreendemos o seu lugar de fala. Nesse sentido, compreendemos que Maria Marta buscou construir uma história da escola potiguar tomando como base principal os aspectos administrativos e o faz não apenas como educadora, mas sobretudo enquanto profissional da educação que desempenhou durante anos funções técnicas e administrativas.

A hipótese de Maria Marta é cuidadosamente comprovada, palavra a palavra, documento a documento, demonstrando que os interesses políticos e econômicos se sobrepuseram aos educacionais. De modo que as sucessivas reformas e rearranjos curriculares

mais funcionavam como vitrines de ações estatais e menos como uma maneira de garantir a eficiência do sistema de ensino. A ênfase na legislação e na especificação das disciplinas revelam as constantes tentativas de reformas que se limitavam apenas à questões normativas e superficiais.

Sua análise é passível de ser elucidada a partir da compreensão de campo construída por Bourdieu, especificamente, ao tratar do campo educacional e a relação de dependência que existe com o campo político. Segundo Bourdieu (2004), uma das principais dificuldades para que um campo se torne autônomo é a influência política, fazendo com que os problemas exteriores se expressem diretamente no campo educacional. Destarte, compreendemos a partir do exposto por Maria Marta que o insucesso da escola e, especificamente, as dificuldades enfrentadas pelo Ateneu durante as primeiras décadas da República se deve principalmente à sua dependência da vontade política.

As novas visões e interpretações promovidas por Maria Marta nos fazem observar a riqueza da nossa história educacional e o quão frutíferas podem ser as pesquisas na área da História da Educação do Rio Grande do Norte. Mais que um trabalho de grande coleta e organização documental, esta dissertação é um convite a um novo olhar sobre o ensino potiguar, suas várias facetas e possibilidades de compreensão do passado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Marta de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte:** da colônia à Primeira República. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNICAMP, 1979.

ARAÚJO, Marta Maria. As (in)constâncias da educação secundária do Colégio Ateneu de Natal (Rio Grande do Norte, 1835-1889). In.: Anais do XXVII Seminário Nacional de História. Disponível em:
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364919623_ARQUIVO_MARTAMARIADEARAUJO-TrabalhoCompletoXXVIISNH.pdf. Acesso em: 14 out. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte:** gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GARCIA, Tânia Cristina M. . Maria Marta de Araújo: o sonho ou a utopia de um mundo melhor. In: ARAÚJO, Ausônio Tércio de et al. (Org.). **Mestres do Seridó: memórias**. 1. ed. Natal: UNA, 2006, v. 1, p. 159-176.

RIO GRANDE DO NORTE. Fala com que o presidente da província do Rio Grande do Norte abriu a Assembleia Provincial no dia 02 de fevereiro de 1835.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. A Lei brasileira de ensino Rivadávia Corrêa (1911): paradoxo de um certo liberalismo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 03, p. 219-239. set. 2012.

¹ Augusto Tavares de Lyra, advogado, professor de História e político potiguar que alcançou destaque nacional ocupando o cargo de Ministro em diferentes pastas do governo nacional. Sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, escreveu diversas obras, entre as quais “O Rio Grande do Norte” de 1911 em que o autor se propõe a construção de uma história do estado.

² Luís da Câmara Cascudo, advogado, historiador e jornalista potiguar que dedicou sua vida à pesquisa sobre a cultura brasileira. Possuidor de uma extensa obra, alcançou reconhecimento nacional e internacional. Escreveu diversos livros sobre aspectos da história potiguar.

³ Nestor dos Santos Lima, intelectual norte-rio-grandense, advogado, educador e historiador escreveu diversos trabalhos publicados em jornais e, especialmente, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte do qual foi presidente perpétuo. Seu livro intitulado “Um Século de Ensino Primário” de 1927 apresenta o percurso da instrução pública potiguar desde a promulgação da Lei Geral de 15 de outubro de 1827.

⁴ A dissertação de Maria Marta de Araújo está disponível no Repositório da UNICAMP - <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/250725>.

⁵ A Professora Dra. Tânia Cristina Meira Garcia foi responsável pelo capítulo intitulado “Maria Marta de Araújo: o sonho ou a utopia de um mundo melhor” que compõe o livro *Mestres do Seridó: Memórias* publicado no ano de 2006 com o objetivo de apresentar professores, desde a Colônia ao século XX, que fizeram a região do Seridó Potiguar se projetar.

⁶ A cidade de Caicó localiza-se na região do Seridó potiguar. Conforme aponta Medeiros Neta (2006) o Seridó situa-se na porção centro-meridional do Rio Grande do Norte e, mais do que apenas uma designação espacial se constitui a partir de uma personalidade e de uma identidade espacial permeada por fortes relações históricas e culturais. MEDEIROS NETA, O. M. de . Escrita (de)marca espaços: A historiografia e a produção do seridó potiguar. *Revista História Hoje* (São Paulo) , v. 4, p. 1-23, 2006.

⁷ A Lei nº 5.692 de 1971 ficou conhecida como a Reforma do Ensino de 1º e 2º grau, pois fixava diretrizes e bases para esses níveis de ensino e instituiu o 2º grau como ensino profissionalizante. Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>>. Acesso em 03 mar.2019

⁸ A Lei Orgânica Superior e do Ensino Fundamental na República, foi implementada pelo Decreto nº 8659, e dispõe sobre questões financeiras, administrativas e de organização do ensino no Brasil. Na prática desobrigava a equiparação a uma instituição nacional que servisse de modelo, favorecendo a educação de iniciativa privada e desoficializando o ensino no Brasil. Para uma discussão mais aprofundada sobre a reforma promovida por esta lei, indicamos a leitura de: ROCHA, Marlos B. M. da. A Lei brasileira de ensino Rivadávia Corrêa (1911): paradoxo de um certo liberalismo. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n3/a11v28n03.pdf>>>. Acesso em 14 out. 2018.